Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 4
Demonstrações dos resultados 6
Demonstrações dos resultados abrangentes 7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 8
Demonstrações dos fluxos de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 10

Edifício Califórnia Center
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100
8º andar – conj. 801 - Centro
89010-910 – Blumenau – SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que a Companhia possui saldo a receber de seus acionistas no montante de R$190.751 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 197.826 em 31 de dezembro de 2019), bem como prestou avais aos mesmos acionistas no montante de R$1.500 em 31 de dezembro de 2019. O desfecho destas transações pode afetar de forma significativa os resultados das operações e a situação patrimonial e financeira da Companhia, uma vez que a realização dos saldos a receber de seus acionistas depende do resultado das medidas comentadas na referida nota explicativa. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Building a better working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 30 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC027535/O-0

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**220.460**	110.552	**234.089**	127.002
Contas a receber de clientes	7	**107.004**	61.661	**125.375**	76.655
Estoques	8	**97.727**	61.243	**122.400**	77.655
Impostos e contribuições a recuperar	9	**72.875**	64.029	**74.992**	83.270
Outras contas a receber	11	**13.825**	52.100	**8.022**	44.176
		511.891	349.585	**564.878**	408.758
Ativos circulantes mantidos para venda	12	**-**	19.315	**-**	19.315
		511.891	368.900	**564.878**	428.073
Não circulante					
Ativos não circulante mantidos para venda	12	**1.181**	1.181	**1.181**	1.181
Depósitos judiciais	21	**1.043**	1.922	**1.564**	2.889
Impostos e contribuições a recuperar	9	**10.496**	51.008	**28.052**	52.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**-**	-	**8.068**	5.236
Partes relacionadas	13	**197.235**	197.826	**190.751**	197.826
Outras contas a receber	11	**3.050**	3.450	**3.213**	3.490
		213.005	255.387	**232.829**	263.177
Investimentos					
Em controladas	14	**59.299**	60.188	**-**	-
Outros investimentos		**2.634**	2.620	**2.634**	2.620
Intangível	15	**56.743**	56.320	**76.959**	79.051
Imobilizado	16	**198.411**	178.651	**224.494**	205.130
		530.092	553.166	**536.916**	549.978
Total do ativo		**1.041.983**	922.066	**1.101.794**	978.051

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	**2019**	**2020**	**2019**
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	**254.282**	182.403	**281.211**	234.452
Fornecedores risco sacado	17	**13.894**	8.831	**13.894**	8.831
Empréstimos e financiamentos	18	**143.284**	105.217	**153.354**	110.553
Arrendamento mercantil	26	**9.125**	5.790	**15.126**	9.915
Salários, encargos e contribuições sociais	19	**21.069**	19.177	**24.183**	22.185
Obrigações fiscais	20	**32.313**	27.701	**35.387**	30.652
Dividendos	22	**7.327**	-	**7.500**	266
Instrumentos financeiros derivativos	4.1	**110**	240	**110**	240
Outras contas a pagar		**14.457**	5.173	**16.387**	6.016
		495.861	354.532	**547.152**	423.110
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	**256.968**	251.663	**270.990**	260.032
Arrendamento mercantil	26	**17.931**	20.323	**28.818**	33.611
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	21	**14.491**	20.517	**17.174**	23.927
Obrigações fiscais	20	**61.091**	77.259	**64.957**	82.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	**58.381**	40.279	**58.381**	40.592
Partes relacionadas	13	**24.756**	44.798	**-**	-
		433.618	454.839	**440.320**	440.449
Patrimônio líquido	22				
Capital social		**40.000**	40.000	**40.000**	40.000
Ajustes de avaliação patrimonial		**52.952**	54.401	**52.952**	54.401
Reservas de lucros		**19.552**	18.294	**19.552**	18.294
		112.504	112.695	**112.504**	112.695
Participação de não controladores				**1.818**	1.797
Total do patrimônio líquido		**112.504**	112.695	**114.322**	114.492
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.041.983**	922.066	**1.101.794**	978.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	23	**794.136**	710.241	**910.068**	819.664
Custos dos produtos vendidos	24	**(563.001)**	(511.338)	**(651.956)**	(601.598)
Lucro bruto		**231.135**	198.903	**258.112**	218.066
Despesas de vendas	24	**(77.612)**	(77.599)	**(90.871)**	(90.984)
Despesas administrativas	24	**(37.482)**	(32.817)	**(47.633)**	(46.571)
Resultado da equivalência patrimonial	14	**201**	(4.205)	**-**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24 e 29	**(2.836)**	56.654	**(3.742)**	60.854
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		**113.406**	140.936	**115.866**	141.365
Receitas financeiras	25	**37.346**	77.662	**47.183**	87.314
Despesas financeiras	25	**(102.507)**	(107.821)	**(117.139)**	(124.099)
Variações monetárias e cambiais líquidas	25	**21.873**	21.686	**21.868**	21.747
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		**70.118**	132.463	**67.778**	126.327
Imposto de renda e contribuição social	10				
Corrente		**(2.902)**	(28.920)	**(3.582)**	(29.607)
Diferido		**(18.102)**	544	**(14.956)**	4.836
Lucro líquido do exercício		**49.114**	104.087	**49.240**	101.556
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				**49.114**	104.087
Participação dos acionistas não controladores				**126**	(2.531)
				49.240	101.556
Resultado por ação:					
Básico e diluído por ação (em R$por ação)	27			**3,18**	6,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Resultado do exercício	**49.114**	104.087	**49.240**	101.556
Outros resultados abrangentes		-		-
Total dos resultados abrangentes	**49.114**	104.087	**49.240**	101.556
Atribuído aos acionistas controladores			**49.114**	104.087
Atribuído aos acionistas não controladores			**126**	(2.531)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores								
			Reserva de Lucros						
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40.000	56.021	4.068	5.224	4.304	-	109.617	14.339	123.956
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	104.087	104.087	(2.531)	101.556
Realização do custo atribuído	-	(2.414)	-	-	-	2.414	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	794	-	-	-	(794)	-	-	-
Destinações:									
Reserva legal	-	-	-	2.776	-	(2.776)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(101.009)	(101.009)	(5.706)	(106.715)
Aquisição de controladas e outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(4.305)	(4.305)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	1.922	-	-	(1.922)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.000	54.401	5.990	8.000	4.304	-	112.695	1.797	114.492
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**49.114**	**49.114**	**126**	**49.240**
Realização do custo atribuído	**-**	**(2.169)**	**-**	**-**	**-**	**2.169**	**-**	**-**	**-**
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	**-**	**720**	**-**	**-**	**-**	**(720)**	**-**	**-**	**-**
Destinações:									
Dividendos – Nota 22	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(49.305)**	**(49.305)**	**(105)**	**(49.410)**
Constituição de reserva de incentivos fiscais	**-**	**-**	**1.258**	**-**	**-**	**(1.258)**	**-**	**-**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**40.000**	**52.952**	**7.248**	**8.000**	**4.304**	**-**	**112.504**	**1.818**	**114.322**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**70.118**	132.463	**67.778**	126.327
Ajustes por:				
Depreciação	**12.131**	15.659	**14.878**	20.142
Amortização do intangível	**2.660**	2.562	**6.273**	5.996
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**668**	166	**887**	276
Juros apropriados e variações monetárias	**32.011**	40.084	**33.189**	40.453
Juros apropriados partes relacionadas PJ	**967**	2.723	**-**	-
Juros apropriados partes relacionadas PF	**(28.530)**	(20.719)	**(28.530)**	(20.719)
Juros apropriados arrendamento mercantil	**3.178**	3.119	**4.918**	4.929
Constituição (realização) de provisão para estoques	**1.064**	111	**1.028**	111
(Provisão) reversão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	**(914)**	5.063	**(812)**	5.828
Resultado na venda de ativo imobilizado	**889**	8.095	**1.147**	8.803
Equivalência patrimonial	**(201)**	4.205	**-**	-
Ajuste a valor presente	**(632)**	1.915	**841**	2.551
Exclusão ICMS da base cáculo do PIS e COFINS	**-**	(99.490)	**(497)**	(105.471)
Variações em:				
(Aumento) / redução em contas a receber	**(46.973)**	12.380	**(52.324)**	13.316
(Aumento) / redução nos estoques	**(39.785)**	3.424	**(49.189)**	260
(Aumento) / redução nos impostos a recuperar	**31.666**	(412)	**33.278**	1.237
(Aumento) / redução em outras contas a receber	**39.554**	2.518	**37.756**	2.529
(Aumento) / redução de bens destinados a venda	**1.672**	(236)	**1.672**	(236)
Aumento / (redução) em fornecedores	**80.773**	(18.560)	**57.114**	681
Aumento / (redução) em obrigações fiscais	**801**	(12.765)	**(357)**	(12.769)
Aumento / (redução) em outras contas a pagar e provisões	**9.154**	2.986	**10.148**	(6.945)
Aumento / (redução) de partes relacionadas PJ	**(27.493)**	2.412	**-**	-
Pagamento / (redução) de contingências	**(5.112)**	(1.824)	**(5.941)**	(2.817)
Aumento / (redução) em salários, encargos e contr. Sociais	**1.892**	539	**1.998**	668
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(15.259)**	(29.501)	**(15.818)**	(31.754)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**124.299**	56.917	**119.437**	53.396
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	**6.090**	6.205	**-**	-
Aquisições de ativo imobilizado	**(15.137)**	(28.933)	**(17.746)**	(32.654)
Aquisições de ativo intangível	**(946)**	(2.063)	**(958)**	(2.063)
Aumento de capital em controlada	**(5.000)**	(5.500)	**-**	-
Aquisição de controlada e outros investimentos	**(14)**	(4.304)	**(14)**	1
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(15.007)**	(34.595)	**(18.718)**	(34.716)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Variações em empréstimos concedidos a partes relacionadas	**(1.373)**	(23.652)	**(1.373)**	(23.652)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	**(5.000)**	(8.300)	**(5.106)**	(8.300)
Captação de empréstimos e financiamentos	**236.932**	299.764	**248.932**	314.615
Pagamento de empréstimos (principal)	**(190.142)**	(210.854)	**(192.280)**	(212.756)
Pagamento de empréstimos (juros)	**(35.429)**	(42.246)	**(36.082)**	(42.563)
Pagamento arrendamento mercantil	**(4.372)**	(4.166)	**(7.723)**	(7.384)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**616**	10.546	**6.368**	19.960
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**109.908**	32.868	**107.087**	38.640
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**110.552**	77.684	**127.002**	88.362
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**220.460**	110.552	**234.089**	127.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede na Rua Padre Auling, 595, Bairro Industrial, em São Ludgero, Santa Catarina, tem por objetivo a fabricação de embalagens flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagens, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, entre outros e recuperação de resíduos sólidos.

O exercício de 2020 foi, notadamente, o mais atípico. Em março, quando iniciou a pandemia do COVID 19, fizemos uma "leitura" do cenário bastante pessimista e preparamos a Companhia exatamente para aquele cenário adverso. Em abril e maio implementamos as medidas de redução de custo e já em junho o resultado Ebitda da empresa voltou aos níveis normais mesmo que as vendas de copos plásticos continuassem bastante reduzidas.

O segmento de copos plásticos foi o único afetado pela crise. Inicialmente as vendas de copos reduziram a quase 30% do que era o normal contudo, a partir do mês de agosto, diferente do que tínhamos previsto, tivemos uma retomada das vendas de tal forma que o volume vendido no último trimestre foi bastante superior ao que tínhamos antes da "pandemia".

Os segmentos de bandejas e copos térmicos também foram impulsionados por estes efeitos e o segmento de embalagens flexíveis pouco foi afetado pela crise e continuou o seu crescimento já usual.

Por fim o resultado Ebitda de 2020 foi o melhor resultado recorrente alcançado pela Companhia até o momento.

Em 2020 a Companhia iniciou a compensação da ação de "exclusão do ICMS da base Pis/Cofins " o que ajudou a reforçar o caixa através da redução do pagamento de impostos federais em torno de R$38 milhões mantendo ainda o mesmo valor para compensação ao longo de 2021.

Um importante alongamento da dívida foi conseguido em 2020 mantendo uma situação de capital circulante positiva no final do exercício.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

1. Contexto operacional--Continuação

Nome	Principal atividade	Sede	% participação 2019	% participação 2020
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda	Fabricação e comercialização de embalagens	João Pessoal -PB	97,6	**97,6**
Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda - Consolidado	Fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento.	Manaus - AM	78,6	**85,7**

A controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda compreende a Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., sediada na cidade de Guarulhos/SP.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Determinados saldos do período comparativo foram reclassificados para seguir a apresentação do período corrente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria Executiva em 30 de março de 2021.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2020. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Consolidação--Continuação

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as companhias, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional.

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

a) Transações e saldos--Continuação

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

2.6.1. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, e partes relacionadas.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas.

2.6.3. *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.3. *Desreconhecimento (baixa)*--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

2.6.4. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.4. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

b) Passivos financeiros

2.6.5. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores risco sacado, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

2.6.6. *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.6.6. *Mensuração subsequente*--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

2.6.7. *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.6.7. *Desreconhecimento (baixa)*--Continuação

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*) e ajuste a valor presente.

2.8. Estoques

Os estoques de matérias primas, materiais de embalagem e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização líquido de impostos e despesas de venda. Os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados foram avaliados pelo custo médio através do método de custeio de absorção total.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Bens destinados a venda

Ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Espera-se que a venda destes ativos ocorra em um período de até 12 meses a partir da data de encerramento da presente demonstração financeira.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

A Companhia reconhece como ativos intangíveis:

a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir ou desenvolver os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

c) Carteira de clientes

As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o Método de Ganhos Excedentes em Múltiplos Períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixas futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, período pelo qual seus saldos serão amortizados.

d) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

d) Marcas e patentes--Continuação

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

	Ágio	Softwares	Marcas e patentes
Vida útil	Indefinida	Definida (5 anos)	Definida (10 anos)
Método de amortização utilizado	Não amortiza	Amortização linear conforme vida útil	Amortização linear ao longo do prazo da patente
Gerados internamente ou adquridos	Adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos

2.11. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Imobilizado--Continuação

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis. A Companhia reavalia anualmente as taxas de depreciação.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	50 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de processamento de dados	4 anos

2.12. Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Impairment de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa,

2.13. Fornecedores e fornecedores risco sacado

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação visa alongar o prazo de pagamento aos fornecedores, sem no entanto, alterar os termos contratuais negociados com estes.

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões--Continuação

Geral--Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Impostos

a) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Impostos--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido--Continuação

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

b) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Os principais benefícios são salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário, vale transporte e vale alimentação.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados--Continuação

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Reconhecimento da receita

O CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida.

Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Abatimento por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente de ativos e passivos.

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "fornecedores", "estoques" e "custo dos produtos vendidos" e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.

As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica "receita de vendas" e "contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "receitas financeiras", pela fruição do prazo.

2.19. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Arrendamentos--Continuação

Companhia como arrendatário--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.22. Combinação de negócios

São contabilizados utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classifica-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Combinação de negócios--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de qualquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os *inputs* - entradas de recursos e processos necessários para criar *outputs* - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, mas podem impactar períodos futuros caso a Empresa ingresse em quaisquer combinações de negócios.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 -- Continuação

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que esta não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A pronunciamento revisado alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.23. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020 -- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios elacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.
Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2020

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.24. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2020 --Continuação

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Empresa.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações serão válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de administração da Companhia.

3.1.2. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas UGCs, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 15.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.4. Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui contratos de mútuo com acionistas no montante de R$190.751. O reconhecimento de saldo de mútuos com os acionistas está condicionado à capacidade da Companhia gerar lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos mesmos honrar com seu pagamento. As projeções elaboradas pela Companhia indicam geração de lucros para pagamento dos dividendos suficientes para realização do saldo até 2025, e estão sujeitas a premissas e julgamentos que podem ser afetadas por condições de mercado, tais como crescimento das operações e níveis de rentabilidade.

3.2. Impactos da COVID-19

O aumento do número de casos de Coronavírus (COVID-19) e a disseminação global da doença resultaram na decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) em decretar que o surto se configura em uma pandemia em escala global. Esse anúncio serve como um alerta para que todos os países adotem ações para conter o avanço da doença. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes para a economia. O Banco Central do Brasil destacou que a economia mundial, incluindo a brasileira, passa por um elevado grau de incerteza, com desaceleração significativa da atividade econômica, fechamento de estabelecimentos comerciais e interrupção da cadeia de suprimentos global. Nesse ambiente, a Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: (i) instituição em março de 2020 de um comitê de combate à crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias e assertividade na tomada de decisões; (ii) adoções de políticas de gerenciamento e captação de recursos; (iii) constante contato com clientes e fornecedores para garantir um fluxo de caixa adequado às operações; (iv) instituição do trabalho a distância (*home office*) para os colaboradores da área administrativa-comercial-operacional; (v) rigoroso controle e conjunto de medidas adotadas nas áreas físicas visando maior segurança e redução do risco de contágio dos trabalhadores. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco de continuidade operacional, risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Impactos da COVID-19--Continuação

a) Continuidade operacional

As informações financeiras, individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

A epidemia contribuiu significativamente para a desaceleração da atividade econômica, com tendência de queda no consumo e aumento do desemprego. Além disso, a disseminação da doença trouxe consequências como: (i) o risco de desabastecimento; (ii) risco de encontrar dificuldades na obtenção de recursos para financiar as operações, com possibilidade de aumento nas taxas de juros; (iii) possíveis dificuldades financeiras de clientes e fornecedores. A Companhia está atenta às adversidades, tomando ações para reduzir os riscos e amenizar os efeitos da pandemia. A Administração revisou e atualizou seu plano de negócio para os próximos períodos e, considerando as premissas observáveis até o momento, não identificou elementos que possam causar riscos de continuidade operacional.

b) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no período findo em 31 de dezembro de 2020, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. Dessa forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na Nota Explicativa nº 5 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação dessas informações financeiras.

c) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível

A Companhia revisou e atualizou seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19. Realizou, ainda, novas análises referentes à necessidade de redução ao valor recuperável dos seus ativos considerando as premissas utilizadas quando da elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019, bem como eventos ocorridos até 31 de dezembro de 2020, incluindo os novos impactos relacionados à COVID-19, e não identificou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, uma vez que não houve queda sensível em seu valor de mercado ou mudanças significativas com efeito adverso durante o período avaliado.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de mercado

i) *Risco cambial*

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") e Euros ("EURO") permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 exposição cambial em reais estava assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo				
Contas a receber				
Em USD	**11.997**	9.513	**11.203**	9.513
	11.997	9.513	**11.203**	9.513
Passivo				
Fornecedores				
Em USD	**(22.390)**	(13.923)	**(22.390)**	(14.083)
Em Euros	**-**	(3.502)	**(356)**	(3.523)
Empréstimos				
Em USD	**(14.412)**	(4.006)	**(14.412)**	(4.006)
	(36.802)	(21.431)	**(37.158)**	(21.612)
Exposição líquida	**(24.805)**	(11.918)	**(25.955)**	(12.099)

A Companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos (“USD”) no mercado financeiro.

Em virtude das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, foi implantada uma “Política de Proteção Cambial”, que estabelece níveis de exposição vinculados a esses riscos. Consideram-se valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da companhia decorrentes de:

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

i) *Risco cambial*--Continuação

(i) Compras de insumos para a produção

(ii) Importação de máquinas e equipamentos

(iii) Dívidas em moeda estrangeira

(iv) Vendas a clientes mercado externo

As operações com derivativos visam exclusivamente mitigar os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. A Companhia contrata para exposições cambiais operações com derivativos denominadas compra a termo de moeda *Forward*. Em 31 de dezembo de 2020 o saldo contratado é de USD 3.000.000 a taxa de USD 5,2415 com vencimento em 1º de fevereiro de 2021. As perdas ou ganhos ao término do contrato são reconhecidos em ganhos ou perdas no resultado financeiro. A contraparte passiva em 31 de dezembro de 2020 está abaixo apresentada:

A seguir, estão os valores contratuais destes derivativos:

	Consolidado			
	Valor contratado atualizado		Saldo ativo/(Passivo)	
	2020	2019	2020	2019
Modalidade da Operação				
"Forwards" financeiros	**(15.615)**	8.100	**(110)**	(240)

Os efeitos no resultado das operações com derivativos estão apresentados na Nota 25 na rubrica operações de swap.

ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*--Continuação

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui recebíveis com partes relacionadas com vencimentos a partir de 2020 em montantes significativos e que serão liquidados com recursos próprios dos acionistas ou provenientes de dividendos. A administração espera que existam lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos sócios honrar com esses recebíveis em aberto.

b) Risco de crédito

Embora a Companhia possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Companhia mantém ainda registrado provisão para devedores duvidosos adequada.

Com relação aos valores a receber decorrentes de contratos com seus acionistas, a exposição máxima ao risco de crédito refere-se ao montante a receber de R$190.751 em 31 de dezembro de 2020 (R$197.826 em 31 de dezembro de 2019 (nota 13), no caso de inadimplemento por parte dos mesmos, a Companhia estará sujeita a ter que reconhecer uma perda com impacto na sua posição patrimonial e financeira e no resultado das operações. Este risco surge caso a Companhia não gere lucros suficientes que permitam a distribuição de dividendos aos seus acionistas, cujos valores seriam utilizados para quitação dos mútuos, bem como da impossibilidade dos mesmos de quitarem integralmente os valores devidos a Companhia com utilização de seus patrimônio pessoal.

Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial:

i) *Controladora*

	2020						
		Fluxo de	Vencimentos				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	caixa Contratual	2021	2022	2023	2024	2025 a 2033
Fornecedores	**254.282**	**266.221**	**266.221**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores risco sacado	**13.894**	**14.892**	**14.892**	**-**	**-**	**-**	**-**
Partes relacionadas	**24.756**	**24.756**	**24.756**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**400.252**	**451.388**	**166.068**	**142.462**	**83.594**	**54.951**	**4.313**
Arrendamento mercantil	**27.056**	**27.056**	**9.125**	**4.400**	**4.400**	**4.400**	**4.731**
	720.240	**784.313**	**481.062**	**146.862**	**87.994**	**59.351**	**9.044**

ii) *Consolidado*

	2020						
		Fluxo de	Vencimentos				
Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	caixa Contratual	2021	2022	2023	2024	2025 a 2033
Fornecedores	**281.211**	**299.463**	**299.463**	**-**	**-**	**-**	**-**
Fornecedores risco sacado	**13.894**	**14.892**	**14.892**	**-**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos	**424.344**	**477.219**	**177.255**	**153.147**	**87.500**	**55.004**	**4.313**
Arrendamento mercantil	**43.944**	**43.944**	**15.126**	**7.774**	**7.774**	**7.774**	**5.496**
	763.393	**835.518**	**506.736**	**160.921**	**95.274**	**62.778**	**9.809**

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4. **Gestão de risco financeiro**--Continuação

4.2. **Gestão de capital**--Continuação

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Total dos empréstimos (Nota 18)	**424.344**	370.585
Arrendamento mercantil	**43.944**	43.526
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**(234.089)**	(127.002)
Dívida líquida	**234.199**	287.109
Total do patrimônio líquido	**114.322**	114.492
Total do capital	**348.521**	401.601
Índice de alavancagem financeira - %	**49**	40

4.3. **Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores assim como os saldos de empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Estimativa do valor justo--Continuação

- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2020.

	Consolidado			
Passivo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo total**
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	110	-	110

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

	Consolidado	
	2020	**2019**
Partes relacionadas		
Grupo 1 - a vencer	**190.751**	197.826
Contas a receber de clientes		
Grupo 2 - a vencer	**118.987**	69.388
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	**6.388**	7.267
	316.126	274.481

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Caixa	**65**	62	**65**	62
Depósitos bancários	**10.276**	6.872	**11.295**	7.819
Aplicações de liquidez imediata	**210.119**	103.618	**222.729**	119.121
	220.460	110.552	**234.089**	127.002

As aplicações financeiras são CDBs remunerados com base na variação do CDI (entre 70% a 100%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
No país	**104.143**	59.476	**126.920**	77.123
No exterior	**11.997**	9.513	**12.203**	9.513
Cheques em cobrança	**127**	127	**127**	127
	116.267	69.116	**139.250**	86.763
(-) Ajuste a valor presente	**(2.754)**	(1.792)	**(5.444)**	(2.727)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(4.807)**	(4.525)	**(6.396)**	(5.980)
(-) Provisão descontos incondicionais	**(1.702)**	(1.138)	**(2.035)**	(1.401)
	107.004	61.661	**125.375**	76.655

O saldo de contas a receber no país contempla o contas a receber de partes relacionadas divulgados na nota 13. O prazo médio de recebimento praticado pela Companhia é de 45 dias.

a) Contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
A vencer	**107.208**	58.716	**128.547**	74.518
Vencidas até 180 dias	**5.938**	6.703	**6.388**	7.267
Vencidas acima de 180 dias	**3.121**	3.697	**4.315**	4.978
	116.267	69.116	**139.250**	86.763

7. Contas a receber de clientes--Continuação

a) Contas a receber por vencimento--Continuação

As perdas de créditos esperadas são constituídas conforme IFRS 9/CPC 48, adicionalmente a administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Início do exercício social	**(4.525)**	(6.019)	**(5.980)**	(9.702)
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	**190**	662	**192**	726
Provisão para devedores duvidosos - CPC 48/IFRS 9	**(858)**	(828)	**(1.079)**	(1.002)
Baixas de incobráveis no exercício	**386**	1.660	**471**	3.998
	(4.807)	(4.525)	**(6.396)**	(5.980)

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Produtos acabados	**24.964**	22.346	**32.877**	28.393
Produtos em elaboração	**14.993**	12.452	**18.368**	14.605
Matérias-primas	**53.042**	24.648	**67.502**	31.062
Material de uso e consumo	**2.296**	2.168	**3.368**	3.330
Adiantamentos a fornecedores	**7.044**	2.569	**7.313**	2.754
Provisão para estoques obsoletos	**(1.869)**	(805)	**(2.147)**	(1.119)
Ajuste a valor presente	**(4.817)**	(2.580)	**(6.996)**	(3.580)
Outros	**2.074**	445	**2.115**	2.210
	97.727	61.243	**122.400**	77.655

Movimentação da provisão para estoques obsoletos.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(694)	(1.008)
Adições	(517)	(686)
Baixas	406	575
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(805)	(1.119)
Adições	**(2.128)**	**(2.241)**
Baixas	**1.064**	**1.213**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**(1.869)**	**(2.147)**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía estoques dados em garantia.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
ICMS – CIAP	**2.333**	1.917	**2.775**	2.354
ICMS a recuperar	**1.220**	520	**1.243**	529
ICMS garantido	**1.527**	1.527	**2.654**	2.654
IPI	**1.352**	467	**1.341**	467
PIS e COFINS	**65.857**	101.704	**83.353**	119.389
IRPJ	**4.852**	3.433	**5.101**	4.317
CSLL	**1.421**	1.627	**1.466**	2.008
INSS	**4.809**	3.842	**5.111**	4.107
Total	**83.371**	115.037	**103.044**	135.825
Circulante	**72.875**	64.029	**74.992**	83.270
Não circulante	**10.496**	51.008	**28.052**	52.555

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía em seus livros e de suas controladas Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda., Copobras da Amazônia Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. e Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda os montantes referentes ao trânsito em julgado das ações referentes a exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS. Estes montantes afetaram positivamente seus resultados conforme apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo				
Circulante	**57.092**	88.910	**58.153**	106.304
Não circulante	**6.676**	10.580	**22.645**	10.580
Resultado operacional	**1.007**	53.790	**736**	58.484
Resultado financeiro	**2.733**	45.700	**5.276**	46.987

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os impostos diferidos ativos e passivos tem a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
IR e CS diferidos ativos				
Provisões	**9.442**	8.270	**19.101**	16.811
Prejuízos fiscais	**-**	-	**9.867**	9.624
	9.442	8.270	**28.968**	26.435
IR e CS diferidos passivos				
Depreciação acelerada incentivada	**(3.125)**	(3.803)	**(3.125)**	(3.803)
Custo atribuído	**(39.502)**	(38.007)	**(39.693)**	(38.231)
Reavaliação ativo imobilizado	**(2.274)**	(2.322)	**(5.870)**	(6.981)
Ajuste a valor presente	**(1.824)**	(1.610)	**(2.317)**	(2.601)
Ganho compra vantajosa	**-**	-	**(7.178)**	(7.178)
Exclusão ICMS da base cálculo do PIS/COFINS	**(18.631)**	-	**(18.631)**	-
Outras temporárias	**(2.467)**	(2.807)	**(2.467)**	(2.997)
	(67.823)	(48.549)	**(79.281)**	(61.791)
IR e CS diferidos passivos	**(58.381)**	(40.279)	**(50.313)**	(35.356)
IR e CS diferidos apresentados no ativo			**8.068**	5.236
IR e CS diferidos apresentados no passivo			**58.381**	40.592

(*) O IR e CS diferidos passivos líquidos consolidados são apresentados deduzidos dos respectivos impostos ativos diferidos das controladas.

Os impostos diferidos do resultado têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**70.118**	132.463	**67.778**	126.327
	34%	34%	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**(23.840)**	(45.037)	**(23.045)**	(42.951)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência patrimonial	**68**	(1.430)	**-**	-
Juros sobre capital próprio	**-**	1.122	**-**	1.122
Incentivos fiscais	**2.248**	2.976	**3.052**	3.931
Brindes, doações e bonificações	**(96)**	(53)	**(100)**	(54)
Despesas indedutíveis	**(191)**	(964)	**(203)**	(981)
Reintegra	**-**	375	**-**	375
Atualização créditos de Pis e Cofins	**-**	15.538	**-**	15.538
Outros	**807**	(903)	**1.758**	(1.751)
Efeito dos impostos no resultado do exercício	**(21.004)**	(28.376)	**(18.538)**	(24.771)
Corrente	**(2.902)**	(28.920)	**(3.582)**	(29.607)
Diferido	**(18.102)**	544	**(14.956)**	4.836
Alíquota efetiva	**30%**	22%	**27%**	20%

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos--Continuação

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

Ano	Consolidado
2021	1.423
2022	1.423
2023	1.423
2024 a 2027	5.598
	9.867

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Precatórios	**2.997**	3.235	**2.997**	3.235
Despesas antecipadas	**2.317**	1.697	**2.537**	1.728
Títulos a receber (i)	**214**	713	**214**	713
Dividendos sobre controladas	**6.090**	8.068	**-**	-
Encargos de previdência privada (ii)	**2.475**	4.233	**2.475**	4.233
Adiantamento para futuro aumento capital	**-**	-	**-**	-
Exclusão ICMS base cálculo do PIS e COFINS (iii)	**238**	36.134	**238**	36.134
Outras contas a receber	**2.544**	1.470	**2.774**	1.623
	16.875	55.550	**11.235**	47.666
Circulante	**13.825**	52.100	**8.022**	44.176
Não circulante	**3.050**	3.450	**3.213**	3.490

(i) O saldo de títulos a receber refere-se ao saldo a receber da empresa Interpolymers Comércio de Importação e Exportação Ltda. Conforme contrato firmado entre as partes em novembro de 2016, do total de 36 parcelas foram recebidas 17.

(ii) Cessão de direitos refere-se a títulos de previdência contratados junto a algumas instituições financeiras parceiras, com o objetivo de reciprocidade. Haja visto a necessidade de que o favorecido seja uma pessoa física, os mesmos foram contratados em favor dos acionistas, os quais, de imediato, cederam os direitos para a Companhia, conforme acordos formalizados entre os acionistas. A previsão do retorno de caixa para a Companhia ocorre a medida que essas operações ficam disponíveis para resgate em um horizonte de 12 meses.

11. Outras contas a receber--Continuação

(iii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS é referente a saldo da ação judicial que teve trânsito em julgado mas não foi totalmente liberado.

12. Ativos mantidos para venda

	Consolidado e Controladora				
	Terrenos	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Veículos**	**Total**
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	2.796	16.964	378	122	20.260
Adições	-	236	-	-	236
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	2.796	17.200	378	122	20.496
Adições	**-**	**10**	**-**	**-**	**10**
Baixas	**-**	**(1.682)**	**-**	**-**	**(1.682)**
Transferência para imobilizado	**(2.115)**	**(15.528)**	**-**	**-**	**(17.643)**
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	**681**	**-**	**378**	**122**	**1.181**
Circulante	-	-	**-**	**-**	-
Não circulante	681	**-**	378	122	1.181

13. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações - controladora

	2020						
	Contas a receber de clientes	**Mútuo ativo não circulante**	**Contas a pagar**	**Mútuo passivo não circulante**	**Custo das compras**	**Receita de vendas**	**Resultado financeiro líquido**
Acionistas	**-**	**190.751**	**-**	**-**	**-**	**-**	**28.530**
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	**2.718**	**-**	**16.299**	**24.756**	**20.600**	**2.012**	**(1.896)**
Copobras da Amazônia Indl. de Embalagens Ltda.	**128**	**3.556**	**3**	**-**	**2**	**1**	**636**
Copobras Ind. E Com. de Embalagens Ltda	**1.720**	**2.928**	**12.082**	**-**	**11.071**	**2.590**	**293**
	4.566	**197.235**	**28.384**	**24.756**	**31.673**	**4.603**	**27.563**

	2019						
	Contas a receber de clientes	**Mútuo ativo não circulante**	**Contas a pagar**	**Mútuo passivo não circulante**	**Custo das compras**	**Receita de vendas**	**Resultado financeiro líquido**
Acionistas	-	197.826	-	-	-	-	20.719
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	444	-	19.563	40.948	15.998	396	(2.530)
Copobras da Amazônia Indl. de Embalagens Ltda.	138	-	-	-	1	7	176
Copobras Ind. E Com. de Embalagens Ltda	231	-	7.364	3.850	2.991	9.986	(369)
	813	197.826	26.927	44.798	18.990	10.389	17.996

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações - controladora--Continuação

a.1) *Contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de produtos, cujo prazo médio de recebimento é de 45 dias. O saldo de fornecedores refere-se a valores resultantes de compras de materiais entre as partes relacionadas com prazo médio de recebimento de 120 dias. As transações de compra e venda de produtos e materiais entre as partes são realizadas em condições acordadas entre as partes.*

a.2) *O mútuo passivo refere-se a valores resultantes de transações financeiras entre as partes relacionadas com prazos definidos em contratos. O saldo de mútuo ativo refere-se a valores a receber dos acionistas (pessoas físicas), comentado abaixo.*

a.3) *Mútuo ativo não circulante*

A partir de janeiro de 2020 a Companhia passou a utilizar a taxa de juros de 0,95% a.m. (0,75% em 2019) na atualização dos contratos de mútuo, conforme autorizado em Ata de reunião extraordinária de Diretoria, datada de primeiro de abril de 2020 com efeito retroativo.

A administração da Companhia considera que os mútuos sejam pagos principalmente através de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, ou alternativamente através da venda das ações da Companhia detida pelos acionistas a terceiros, com os recursos sendo utilizados preferencialmente na quitação do recebível. Caso os pagamentos de mínimos não sejam realizados nas datas previstas, a diferença paga a menor será acumulada para a quitação preferencial com dividendos disponibilizados subsequentemente. Adicionalmente, os acionistas possuem patrimônio pessoal que poderá, eventualmente, dar cobertura parcial à quitação dos mútuos, na medida em que essa fonte adicional de recursos seja necessária.

A abertura do saldo de mútuos em 31 de dezembro de 2020 está apresentada conforme abaixo:

	2020			
	Principal	**Juros remuneratórios (*)**	**Juros**	**Total**
Mário Schlickmann	**32.940**	**10.859**	**19.456**	**63.255**
Milton Schlickmann	**31.904**	**10.851**	**18.825**	**61.580**
Marcelo Schlickmann	**28.429**	**9.444**	**16.991**	**54.864**
Janio Dinarte Koch	**5.664**	**1.979**	**3.409**	**11.052**
	98.937	**33.133**	**58.681**	**190.751**

(*) Juros remuneratórios referem-se ao valor de mútuos concedidos para pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios pagos sobre avais na pessoa física.

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações - controladora--Continuação

a.3) *Mútuo ativo não circulante*--Continuação

Movimentação do saldo de mútuos

	2020				
	Saldo inicial	**Novos contratos**	**Juros**	**Pagamento**	**Saldo Final**
Mário Schlickmann	**65.463**	**515**	**9.450**	**(12.173)**	**63.255**
Milton Schlickmann	**64.034**	**515**	**9.204**	**(12.173)**	**61.580**
Marcelo Schlickmann	**56.822**	**449**	**8.212**	**(10.619)**	**54.864**
Janio Dinarte Koch	**11.507**	**92**	**1.664**	**(2.211)**	**11.052**
	197.826	**1.571**	**28.530**	**(37.176)**	**190.751**

As receitas financeiras decorrentes dos contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R$28.530 (R$20.719 em 31 de dezembro de 2019), e estão reconhecidas na rubrica “Variações monetárias”.

A Companhia e seus acionistas firmaram termo de acordo de compromisso visando a quitação dos contratos de mútuos, mediante os quais comprometem-se, ainda, não contrair novos mútuo/ou avais com a Companhia, exceto se:

- Para substituição, total ou parcial, de (i) avais outorgados pela Companhia em favor das Partes; e/ou (ii) mútuos até então contraídos pelas Partes com a Companhia, por outro(s) aval(is) e/ou mútuo (s), desde que o valor, individual ou agregado, do principal, considerando os avais e os mútuos referidos nos itens (i) e (ii) desta alínea, em conjunto, não seja superior a R$142.000 ou seu equivalente em outras moedas;
- O mútuo concedido pela Companhia seja utilizado exclusivamente para o pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios, se aplicável, decorrente dos avais referidos no item (i) da alínea (a) acima.

a.4) *Avais prestados*

Adicionalmente, a Companhia prestou aval aos acionistas para captação de recursos junto a instituições financeiras. Os empréstimos que possuem os avais foram quitados em janeiro de 2020.Em 31 de dezembro de 2019 o montante do principal dos avais prestados era de R$1.500.

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações - controladora--Continuação

a.5) *Projeção de resultados*

Em função dos compromissos mencionados nos itens supracitados, a Companhia

preparou uma projeção de resultados visando demonstrar: (i) a capacidade de geração de lucros suficientes a distribuição de dividendos e, por consequência, viabilizando a quitação dos mútuos pelos acionistas; e (ii) a geração de fluxos de caixa suficientes para a quitação de mútuos avalizados pela Companhia em nome dos acionistas.

A Companhia em suas projeções de resultado, estima a geração de dividendos suficientes para o pagamento dos mútuos e avais, e seus devidos juros e correções, até o exercício 2025.

a.6) *Demais informações sobre as transações com partes relacionadas*

Não houve perdas reconhecidas no exercício de 2020 relacionadas a dívidas incobráveis com partes relacionadas e também não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas no ativo em 31 de dezembro de 2020, motivo pelo qual a Administração não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses valores.

O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Salários e outros benefícios de curto prazo	**5.752**	6.624

14. Investimento em controladas

a) Informações sobre investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda consolidado e Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda conforme apresentado a seguir:

	2020		
	Copobras da Amazônia (Consolidado)	**Incoplast do Nordeste**	**Total**
Patrimônio líquido	**2.458**	**58.598**	**-**
Resultado do exercício	**(4.061)**	**4.388**	**-**
% de participação no capital	**85,71%**	**97,6%**	**-**
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	**1.188**	**59.000**	**60.188**
Destinação de dividendos	**-**	**(6.090)**	**(6.090)**
Baixa investimento	**(918)**	**-**	**(918)**
Aumento de capital	**5.000**	**-**	**5.000**
Equivalência patrimonial	**(3.163)**	**4.282**	**1.119**
Saldo no final do exercício	**2.107**	**57.192**	**59.299**

(*) Composição do patrimônio líquido consolidado da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., contemplando a movimentação de aquisição da Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda..

	2019		
	Copobras da Amazônia (Consolidado)	**Incoplast do Nordeste**	**Total**
Patrimônio líquido	1.512	60.450	-
Resultado do exercício	(9.677)	2.943	-
% de participação no capital	78,57%	97,6%	-
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	4.666	56.127	60.793
Destinação de dividendos	(6.205)	-	(6.205)
Baixa investimento	(1.589)	-	(1.589)
Aquisição de quotas	4.305	-	4.305
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.500	-	5.500
Equivalência patrimonial	(5.489)	2.873	(2.616)
Saldo no final do exercício	1.188	59.000	60.188

14. Investimento em controladas--Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

(i) Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de embalagens plásticas flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, bandejas expandidas e recuperação de materiais plásticos em geral situada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba.

(ii) A Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, de uso doméstico ou industrial, laminados plásticos ou outros polímeros, situada na cidade de Manaus, no estado de Amazonas.

Em 1º de junho de 2019 a Companhia aumentou sua participação no capital de sua controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., onde através de contrato de compra e venda de quotas firmado entre os acionistas em 20 de novembro de 2018 efetuou adiantamento no montante R$3.896 para aquisição de quotas. O preço de aquisição pago a título de adiantamento foi apurado por meio de balanço patrimonial elaborado ao final do terceiro trimestre do ano de 2019, conforme previsto no contrato.

Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital, de sua controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda.,no montante de R$5.500 que foi integralizado em 1º de março de 2020. Em 30 de junho de 2020 a Companhia efetuou um novo adiantamento para futuro aumento de capital no montante e R$5.000 que foi integralizado em 04 de novembro de 2020 . Apresentamos abaixo a nova composição do capital:

Acionistas	Quantidade de ações	% Capital
Copobras S/A Indústria e Comércio de Embalagens	12.856.583	85,7106
Mário Schlickmann	1.080.540	7,2036
Milton Schlickmann	200.331	1,3355
Marcelo Schlickmann	666.288	4,4419
Jânio Dinarte Koch	196.258	1,3084
	15.000.000	**100,0000**

14. Investimento em controladas--Continuação

b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

i) *Balanço patrimonial sintético*

	Controladas			
	Incoplast do Nordeste		Copobras da Amazônia Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo				
Circulante	**42.854**	34.499	**52.592**	35.190
Não circulante	**53.483**	54.887	**43.880**	46.911
Total do ativo	**96.337**	89.386	**96.472**	82.101
Passivo				
Circulante	**32.598**	21.816	**61.152**	57.279
Não circulante	**5.141**	7.120	**32.802**	23.288
Total do passivo	**37.739**	28.936	**93.954**	80.567
Patrimônio líquido	**58.598**	60.450	**2.518**	1.534
Total passivo	**96.337**	89.386	**96.472**	82.101

ii) *Demonstração do resultado sintética*

	Controladas			
	Incoplast do Nordeste		Copobras da Amazônia consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas	**61.438**	48.696	**92.941**	92.502
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**4.569**	3.695	**(6.708)**	(14.036)
Lucro líquido	**4.388**	2.943	**(4.061)**	(9.677)

15. Intangível

a) Controladora

	Ágio	Software	Marcas e patentes	Direito de uso prédios	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	28.250	1.345	809	-	30.404
Adições	-	1.011	307	27.905	29.223
Baixas	-	-	-	(745)	(745)
Amortização	-	(337)	(150)	(2.075)	(2.562)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	28.250	2.019	966	25.085	56.320
Adições	**-**	**818**	**128**	**2.137**	**3.083**
Amortização	**-**	**(323)**	**(171)**	**(2.166)**	**(2.660)**
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	**28.250**	**2.514**	**923**	**25.056**	**56.743**
Em 31 de dezembro de 2020					
Custo	**28.250**	**5.180**	**2.320**	**29.297**	**65.047**
Amortização acumulada	**-**	**(2.666)**	**(1.397)**	**(4.241)**	**(8.304)**
Saldo contábil, líquido	**28.250**	**2.514**	**923**	**25.056**	**56.743**

b) Consolidado

	Ágio	Software	Marcas e patentes	Direito de uso prédios	Carteira de clientes	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	28.250	1.346	809	-	7.343	37.748
Adições	-	1.011	307	45.536	-	46.854
Ajuste adoção inicial(adição)	-	-	-	1.190	-	1.190
Ajuste adoção inicial (baixas)	-	-	-	(745)	-	(745)
Amortização	-	(338)	(150)	(4.044)	(1.464)	(5.996)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	28.250	2.019	966	41.937	5.879	79.051
Adições	**-**	**830**	**128**	**3.223**	**-**	**4.181**
Amortização	**-**	**(323)**	**(171)**	**(4.305)**	**(1.474)**	**(6.273)**
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	**28.250**	**2.526**	**923**	**40.855**	**4.405**	**76.959**
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	**28.250**	**5.225**	**2.321**	**49.205**	**7.342**	**92.343**
Amortização acumulada	**-**	**(2.699)**	**(1.398)**	**(8.350)**	**(2.937)**	**(15.384)**
Saldo contábil, líquido	**28.250**	**2.526**	**923**	**40.855**	**4.405**	**76.959**

15. Intangível--Continuação

Ágio

O ágio gerado na aquisição da Braspack S/A está reconhecido pelo valor de R$28.250 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment:*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Não ocorreu nenhum fato durante o ano que leve a suscitar dúvidas quanto a realização. O valor recuperável do fluxo de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 31 de dezembro de 2020, o valor recuperável do fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período. As premissas-chave utilizadas no teste de *impairment* são as que seguem:

	2020	**2019**
	Braspack	**Braspack**
Taxa de crescimento estimada anual %	**5,5%**	5,5%
Taxa de desconto anual %	**13,63%**	13,63%
Período em anos	**9,5**	9,5
Dispêndio anual em imobilizado - R$	**500**	500
Valor recuperável - R$	**98.348**	63.390

Tanto o volume de vendas como os custos e despesas operacionais foram projetados levando em consideração a taxa de crescimento estimada anual alocada a uma projeção prevista de dez anos. Esta taxa se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

A taxa de desconto anual leva em conta a média do custo de captação que a Companhia vem

Ágio

praticando em suas captações de recursos no mercado financeiro.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento para reforma/manutenção das máquinas. Ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado para a reforma/manutenção pós-aquisição do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

15. Intangível--Continuação

Carteira de clientes

A Companhia reconheceu em seu intangível, o valor de R$7.343 referente a carteira de clientes na aquisição da empresa Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, pela sua Controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o Método de Ganhos Excedentes em Múltiplos Períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixas futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, período pelo qual seus saldos serão amortizados.

Direito de uso imóvel

A Companhia reconheceu em seu intangível direito de uso de imóvel em atendimento ao CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, que é equivalente à norma internacional IFRS - Leases. O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial. Os efeitos desta adoção estão apresentados na nota 26.

16. Imobilizado

a) Controladora

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	32.680	37.106	89.091	440	2.456	651	1.482	8.821	172.727
Adições	-	320	9.855	158	6.882	706	636	10.376	28.933
Baixas	-	(2.041)	(1.872)	-	(2.148)	(14)	-	(1.039)	(7.114)
Transferências para bens destinados a venda	-	(236)	-	-	-	-	-	-	(236)
Transferências	-	11.005	(1.964)	-	250	-	-	(9.291)	-
Depreciação	-	(1.193)	(13.413)	(102)	(454)	(267)	(230)	-	(15.659)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	32.680	44.961	81.697	496	6.986	1.076	1.888	8.867	178.651
Adições	**-**	**484**	**8.151**	**38**	**-**	**356**	**306**	**5.802**	**15.137**
Baixas	**-**	**(66)**	**(635)**	**-**	**(85)**	**(10)**	**-**	**(84)**	**(880)**
Transferências para bens destinados a venda	**-**	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9)**
Transferência de bem destinado a venda	**2.115**	**15.528**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.643**
Transferências	**-**	**-**	**960**	**-**	**-**	**10**	**144**	**(1.114)**	**-**
Depreciação	**-**	**(1.085)**	**(9.990)**	**(92)**	**(481)**	**(262)**	**(221)**	**-**	**(12.131)**
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	**34.795**	**59.813**	**80.183**	**442**	**6.420**	**1.170**	**2.117**	**13.471**	**198.411**
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	**34.795**	**76.967**	**293.758**	**2.974**	**10.153**	**5.480**	**8.359**	**13.471**	**445.957**
Depreciação acumulada	**-**	**(17.154)**	**(213.575)**	**(2.532)**	**(3.733)**	**(4.310)**	**(6.242)**	**-**	**(247.546)**
Saldo contábil, líquido	**34.795**	**59.813**	**80.183**	**442**	**6.420**	**1.170**	**2.117**	**13.471**	**198.411**
Taxa média ponderada de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

16. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	37.067	37.389	112.056	489	2.463	691	1.615	8.906	200.676
Adições	-	320	13.392	174	6.882	762	689	10.435	32.654
Baixas	-	(2.041)	(2.440)	(3)	(2.148)	(15)	-	(1.175)	(7.822)
Transferências para bens destinados venda	-	(236)	-	-	-	-	-	-	(236)
Transferências	-	11.005	(1.958)	-	250	-	-	(9.297)	-
Depreciação	-	(1.220)	(17.789)	(130)	(460)	(289)	(254)	-	(20.142)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2019	37.067	45.217	103.261	530	6.987	1.149	2.050	8.869	205.130
Adições	**-**	**502**	**10.246**	**38**	**-**	**368**	**392**	**6.200**	**17.746**
Baixas	**-**	**(66)**	**(893)**	**-**	**(85)**	**(10)**	**-**	**(84)**	**(1.138)**
Transferências para bens destinados venda	**-**	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9)**
Transferência de bens destinados a venda	**2.115**	**15.528**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**17.643**
Transferências	**-**	**-**	**962**	**-**	**-**	**10**	**144**	**(1.116)**	**-**
Depreciação	**-**	**(1.097)**	**(12.667)**	**(98)**	**(482)**	**(288)**	**(246)**	**-**	**(14.878)**
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	**39.182**	**60.075**	**100.909**	**470**	**6.420**	**1.229**	**2.340**	**13.869**	**224.494**
Em 31 de dezembro de 2020									
Custo	**39.182**	**77.770**	**355.446**	**3.305**	**10.213**	**5.973**	**8.739**	**13.869**	**514.497**
Depreciação acumulada	**-**	**(17.695)**	**(254.537)**	**(2.835)**	**(3.793)**	**(4.744)**	**(6.399)**	**-**	**(290.003)**
Saldo contábil, líquido	**39.182**	**60.075**	**100.909**	**470**	**6.420**	**1.229**	**2.340**	**13.869**	**224.494**
Taxa de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

16. **Imobilizado**--Continuação

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2020, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável, que gerasse a necessitasse de teste de impairment.

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2020 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, construções e outros ativos, que serão concluídos entre 2021 e 2022.

Controladora

O montante de R$11.189 em 31 de dezembro de 2020, (R$14.648 em 2019) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R$261 (R$289 em 2019) em "Despesas com vendas" e R$681 (R$722 em 2019) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R$172.910 e em 31 de dezembro 2019 no valor de R$173.739

Consolidado

O montante de R$13.521 em 31 de dezembro de 2020, (R$18.100 em 2019) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R$317 (R$370 em 2019) em "Despesas com vendas" e R$1.040 (R$1.672 em 2019) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2020 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R$174.008 e em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$174.837

A Companhia possui itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que continuam em operação. A composição destes itens está apresentada a seguir:

	Controladora		**Consolidado**	
Custo	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Máquinas e equipamentos	**52.866**	45.872	**63.068**	57.120
Equipamentos e processamento de dados	**3.024**	2.893	**3.376**	3.200
Móveis e utensílios	**1.756**	1.681	**1.948**	1.825
Veículos	**2.796**	2.747	**2.856**	2.779
Outros	**5.339**	5.217	**5.369**	5.240
Total	**65.781**	58.410	**76.617**	70.164

17. Fornecedores e fornecedores risco sacado

	Controladora		Consolidado	
Fornecedores	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecedores nacionais	**244.829**	174.084	**277.715**	230.804
Fornecedores internacionais	**22.390**	17.425	**22.746**	17.606
Ajuste a valor presente	**(12.937)**	(9.106)	**(19.250)**	(13.958)
	254.282	182.403	**281.211**	234.452

Os saldos de fornecedores são referentes a compras de insumos e maquinário utilizados na produção. O saldo de fornecedores nacionais contempla as operações com partes relacionadas conforme divulgado na nota 13

Fornecedores risco sacado

	Controladora e consolidado	
Fornecedores	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores risco sacado	**14.892**	9.325
Ajuste a valor presente risco sacado	**(998)**	(494)
	13.894	8.831

A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação visa alongar o prazo de pagamento aos fornecedores, sem no entanto, alterar os termos contratuais negociados com estes. O prazo médio de pagamento desses títulos é de 60 dias.

O saldo de fornecedores risco sacado, é reconhecido ao seu valor presente, sendo o juros reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício pelo regime de competência.

18. Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

		Controladora		
Modalidade	**Encargos anuais**	**Vencimento**	**2020**	**2019**
Em moeda nacional				
FINAME	7,58% Pré-fixada	2024	**518**	769
Capital de giro	5,76% + CDI	2025	**338.596**	292.781
Capital de giro	6,92% + SELIC	2023	**8.986**	19.985
Capital de giro	7,15% + IPCA	2023	**21.215**	31.897
Capital de giro	13,2% Pré-Fixada	2023	**23.080**	16.238
Leasing	9,84% +CDI	2021	**27**	109
Comissões e taxas financiamentos			**(6.582)**	(8.905)
			385.840	352.874
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	7,95% + variação cambial	2026	**14.412**	4.006
			14.412	4.006
			400.252	356.880
Parcela do circulante			**143.284**	105.217
Parcela do não circulante			**256.968**	251.663

		Consolidado		
Modalidade	**Encargos anuais**	**Vencimento**	**2020**	**2019**
Em moeda nacional				
FINAME	6,51% Pré-fixada	2024	**947**	1.335
Capital de giro	5,80% + CDI	2025	**343.599**	292.781
Capital de giro	6,92% + SELIC	2023	**8.986**	19.985
Capital de giro	7,15% + IPCA	2023	**21.215**	31.897
Capital de giro	13,02% Pré-Fixada	2023	**23.080**	16.238
Capital de giro	3,85%+FAM	2023	**18.743**	13.288
Leasing	9,84% + CDI	2021	**27**	109
Comissões e taxas financiamentos			**(6.665)**	(9.054)
			409.932	366.579
Em moeda estrangeira				
Capital de Giro	7,64% + variação cambial	2026	**14.412**	4.006
			14.412	4.006
			424.344	370.585
Parcela do circulante			**153.354**	110.553
Parcela do não circulante			**270.990**	260.032

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladas e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R$174.008 (em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$291.734). Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

(i) Em 31 de dezembro de 2020, para Capital de Giro BNDES AUTOMÁTICO - PROGEREN, a Companhia constituiu garantias reais no valor de R$27.543 (em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$27.543).

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, para Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil, a Companhia constituiu garantias reais no valor de R$41.355.

- Hipoteca de imóveis da Copobras S/A no valor de R$34.980;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 15% do saldo devedor.

(iii) Em 31 de dezembro de 2020, para Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil, a Companhia constituiu garantias reais no valor de R$29.831

- Hipoteca de imóveis da Copobras S/A no valor de R$19.550
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 35% do saldo devedor.

(iv) Em 31 de dezembro de 2020, para Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco Votorantim e do Banco Itaú em uma operação sindicalizada, a Companhia constituiu garantias reais no valor de R$40.000.

- Hipoteca de imóveis da Copobras S/A no valor de R$30.000
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 25% do saldo devedor.

(v) Em 31 de dezembro de 2020, para Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco BDMG, a Companhia constituiu garantias reais na modalidade de hipotéca de imóveis no valor de R$20.981.

(vi) Em 31 de dezembro de 2020, para as Cédulas de Crédito Bancário em favor do Banco BTG Pactual, a Companhia constituiu garantias reais do valor de R$22.300.

- Hipoteca de imóveis da Copobras S/A no valor de R$8.000
- Cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 30% do saldo devedor.

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2022	123.964	134.105
2023	76.480	80.308
2024	52.320	52.373
2025	3.560	3.560
2026	644	643
	256.968	**270.989**

A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

	Controladora	
	2020	**2019**
Saldo inicial	**356.880**	270.132
Adições	**236.932**	299.764
Juros incorridos	**32.011**	40.084
Juros pagos	**(35.429)**	(42.246)
Amortizações de principal	**(190.142)**	(210.854)
Saldo final	**400.252**	356.880

	Consolidado	
	2020	**2019**
Saldo inicial	**370.585**	270.836
Adições	**248.932**	314.615
Juros incorridos	**33.189**	40.453
Juros pagos	**(36.082)**	(42.563)
Amortizações	**(192.280)**	(212.756)
Saldo final	**424.344**	370.585

Os contratos de financiamentos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

(a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada, mais as dívidas com sócios, pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia está em conformidade com a referida cláusula.

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Operações em destaque

Em 06 de dezembro de 2019 a Companhia captou um empréstimo com o Banco do Brasil na modalidade de CCE no montante de 30 milhões com vencimento em novembro de 2024.

Em 16 de dezembro de 2019 a Companhia captou um empréstimo no valor de 40 milhões. Esta emitida na modalidade de CCE, é uma operação sindicalizada entre os Bancos Itaú e Votorantim, e possui como garantia compartilhada um imóvel e garantias fidejussórias individuais mas que respeitam o *pari-passu*.

Em 27 de abril de 2020 a Companhia captou um empréstimo com o Banco do Brasil na modalidade de CCB no montante de 42,5 milhões com vencimento em novembro de 2025. Com a liberação desta operação foram liquidadas outras três operações com esta mesma instituição no valor de R$34 milhões.

Os contratos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

(a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA Ajustado, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 2,5;

(b) Relação entre EBITDA e resultado financeiro líquido maior ou igual a 2,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia está em conformidade com as referidas cláusulas.

19. Salários encargos e contribuições sociais

Os saldos estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Salários e ordenados	**17.575**	15.780	**19.989**	18.148
INSS	**2.675**	2.586	**3.219**	3.080
FGTS	**819**	811	**975**	957
	21.069	19.177	**24.183**	22.185

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Parcelamento Lei 12.996/2014	**8.601**	9.512	**8.601**	9.512
ICMS	**2.533**	3.450	**3.135**	4.157
IPI	**3.605**	3.343	**4.369**	3.944
IPI/PIS/COFINS parcelados	**21.993**	30.903	**23.559**	33.132
COFINS/PIS	**-**	1.516	**-**	1.712
IRPJ/CSL	**5.692**	486	**5.756**	486
Parcelamento especial - PERT - MP 783/2017	**48.804**	52.829	**52.394**	56.717
Parcelamento ordinário INSS	**650**	967	**746**	1.110
Parcelamento ICMS PERC PE	**-**	717	**25**	717
Outros	**1.526**	1.237	**1.759**	1.452
	93.404	104.960	**100.344**	112.939
Circulante	**32.313**	27.701	**35.387**	30.652
Não circulante	**61.091**	77.259	**64.957**	82.287

No ano de 2017 a Companhia aderiu ao do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no qual foram incuídos os tributos vencidos no período de novembro de 2016 a março de 2017. A Companhia informa que vem cumprindo rigorosamente os requisitos do programa, bem como efetuando regularmente o pagamento das parcelas,informa ainda que a consolidação ocorreu em 14 de dezembro de 2018.

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são envolvidas em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotas”. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme apresentado no quadro a seguir:

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis

	Controladora					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Tributários	**6.392**	11.429	**-**	-	**6.392**	11.429
Trabalhistas	**3.495**	5.751	**(1.017)**	(1.922)	**2.478**	3.829
Cíveis	**4.604**	3.337	**(26)**	-	**4.578**	3.337
Total	**14.491**	20.517	**(1.043)**	(1.922)	**13.448**	18.595

	Consolidado					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Tributários	**6.769**	11.820	**-**	-	**6.769**	11.820
Trabalhistas	**5.801**	8.745	**(1.538)**	(2.889)	**4.263**	5.856
Cíveis	**4.604**	3.362	**(26)**	-	**4.578**	3.362
Total	**17.174**	23.927	**(1.564)**	(2.889)	**15.610**	21.038

A movimentação da provisão para riscos tributarios, cíveis e trabalhistas está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora						
	Provisões			Depósitos judiciais			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.429	5.751	3.337	-	1.922	-	18.595
Adições	**(1.437)**	**(889)**	**1.412**	**-**	**399**	**-**	**(1.313)**
Baixas	**(3.600)**	**(1.367)**	**(145)**	**-**	**(1.278)**	**-**	**(3.834)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**6.392**	**3.495**	**4.604**	**-**	**1.043**	**-**	**13.448**

	Consolidado						
	Provisões			Depósitos judiciais			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.820	8.745	3.362	-	2.889	-	21.038
Adições	**(1.451)**	**(773)**	**1.412**	**-**	**468**	**-**	**(1.280)**
Baixas	**(3.600)**	**(2.171)**	**(170)**		**(1.793)**	**-**	**(4.148)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**6.769**	**5.801**	**4.604**	**-**	**1.564**		**15.610**

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis--Continuação

Tributárias

O montante de R$6.769 (Consolidado) refere-se a valores provisionados para cobertura de processos administrativos e judiciais da Companhia.

Trabalhistas

Provisão para riscos trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a pedido de verbas trabalhistas habituais, em especial: insalubridade pelo calor, horas “it inere”, horas extras e equiparação salarial.

Cíveis

Contingências cíveis referem-se principalmente a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principlamnete relacionados a danos morais e materiais.

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza tributária e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía o montante de R$10.389 referentes a processos judiciais com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, sendo R$8.651 de natureza tributária, e R$1.738 de natureza cível. Em 31 de dezembro de 2019 estes montates eram R$16.009 de natureza tributária, R$1.918 de natureza cível e R$16 de natureza trabalhista.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R$40.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.502.372 ações, e sua composição é como segue:

22. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Acionistas	Quantidade de ações	% Capital
Mário Schlickmann	5.076.050	32,7437
Milton Schlickmann	5.076.050	32,7437
Marcelo Schlickmann	4.428.324	28,5655
Jânio Dinarte Koch	921.948	5,9471
	15.502.372	**100,0000**

Conforme o Estatuto Social, a Companhia não possuia capital social autorizado.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a adoção em 1 de janeiro de 2009 do CPC 27 - Ativo Imobilizado. A Companhia optou por adotar o custo atribuído, assumindo ainda a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado por esta adoção.

c) Incentivos fiscais

A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 23.211 de 29.07.2002, vigente até 31 de dezembro de 2025, e do regime especial para recolhimento de ICMS - PRODEPE, celebrado com o Estado de Pernambuco, nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 dezembro de 2011, vigente até 31/12/2022.

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de lucros a disposição da assembleia

Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

22. Patrimônio líquido--Continuação

f) Distribuição de lucros

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	**49.114**	104.087
Realização de reservas (custo atribuído)	**1.449**	1.620
Constituição de reserva de incentivos fiscais	**(1.258)**	(1.922)
Constituição da reserva legal (5%)	**-**	(2.776)
Base de cálculo dos dividendos	**49.305**	101.009
Dividendos a distribuir	**7.327**	2.709
Dividendos e juros sobre capital próprio	**41.978**	98.300
Total de dividendos e juro sobre capital próprio	**49.305**	101.009
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	**100%**	97%

A Companhia destinou dividendos aos acionitas em 2020 no montante de R$49.305 (R$101.009 em 31 de dezembro de 2019), dos quais R$5.000 foram pagos em 2020, R$7.327 foram destinados para serem pagos em 2021, e R$36.978 foram compensados com saldo de mútuos, conforme aprovação antecipada deliberada em AGO realizada no dia 28 de abril de 2017.

23. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta	**1.083.256**	987.050	**1.267.142**	1.156.504
Ajuste a valor presente	**(27.383)**	(26.021)	**(36.018)**	(33.381)
Impostos sobre vendas	**(246.388)**	(233.791)	**(301.492)**	(282.960)
Devoluções	**(9.541)**	(9.954)	**(11.376)**	(12.286)
Provisão devedores duvidosos	**(858)**	(828)	**(1.079)**	(1.002)
Descontos incondicionais	**(4.950)**	(6.215)	**(7.109)**	(7.211)
Receita líquida	**794.136**	710.241	**910.068**	819.664

24. Custos e despesas por natureza e função

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Despesas com pessoal	**(135.454)**	(132.517)	**(161.131)**	(162.277)
Depreciação e amortização	**(14.791)**	(18.221)	**(21.151)**	(26.138)
Energia elétrica	**(28.232)**	(25.664)	**(34.906)**	(33.186)
Materiais consumidos	**(417.041)**	(351.015)	**(468.492)**	(400.285)
Fretes	**(26.779)**	(27.197)	**(32.008)**	(31.264)
Comissões	**(22.217)**	(21.042)	**(25.027)**	(24.296)
Gastos com manutenção	**(17.465)**	(17.953)	**(21.217)**	(22.449)
Gastos com viagens	**(988)**	(2.680)	**(1.152)**	(3.160)
Serviços de terceiros	**(7.830)**	(7.489)	**(9.705)**	(9.237)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	**(548)**	(4.943)	**(624)**	(5.708)
Aluguéis	**(1.800)**	(1.689)	**(2.265)**	(2.130)
Despesas não recorrentes (autos de infração)	**(1.481)**	(3.529)	**(1.610)**	(3.741)
Ganho (perda) de capital	**(1.282)**	2.097	**(1.510)**	2.091
Ganhos na exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS	**-**	53.790	**-**	58.484
Outros	**(5.023)**	(7.048)	**(13.404)**	(15.003)
Total dos custos e despesas	**(680.931)**	(565.100)	**(794.202)**	(678.299)
Demonstração resultado				
Custos dos produtos vendidos	**(563.001)**	(511.338)	**(651.956)**	(601.598)
Despesas de vendas	**(77.612)**	(77.599)	**(90.871)**	(90.984)
Despesas administrativas	**(37.482)**	(32.817)	**(47.633)**	(46.571)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(2.836)**	56.654	**(3.742)**	60.854
Total	**(680.931)**	(565.100)	**(794.202)**	(678.299)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**(32.011)**	(40.084)	**(33.189)**	(40.453)
Juros apropriados partes relacionadas	**(1.898)**	(2.899)	**-**	-
Ajuste a valor presente	**(33.318)**	(33.676)	**(43.430)**	(45.450)
Juros apropriados e juros pagos outros	**(22.427)**	(20.472)	**(26.802)**	(26.852)
Despesas bancárias	**(9.465)**	(5.444)	**(9.824)**	(5.678)
Outros	**(3.388)**	(5.246)	**(3.894)**	(5.666)
	(102.507)	(107.821)	**(117.139)**	(124.099)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	**4.311**	3.351	**4.592**	3.963
Juros recebidos	**687**	589	**778**	733
Juros apropriados partes relacionadas	**931**	176	**-**	-
Ajuste a valor presente	**26.421**	26.135	**33.302**	33.381
Atualização créditos PER/DCOMP	**3.332**	45.700	**5.494**	46.987
Outras	**1.664**	1.711	**3.017**	2.250
	37.346	77.662	**47.183**	87.314
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Operações de swap	**(3.132)**	(571)	**(3.132)**	(571)
Variações cambiais	**(3.639)**	95	**(3.675)**	131
Variações monetárias	**114**	1.443	**145**	1.468
Variações monetárias - contratos mútuo	**28.530**	20.719	**28.530**	20.719
	21.873	21.686	**21.868**	21.747
Resultado financeiro líquido	**(43.288)**	(8.473)	**(48.088)**	(15.038)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

(i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e

(ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16. Na adoção inicial foram identificados três contratos de alugueis os quais se enquadravam na norma. No período encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foram adicionados novos contratos e os três contratos identificados em 2018 foram remensurados. A seguir demonstramos as variações no ativo, passivo e resultado:

a) Direito de uso

Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 estão representados por aluguéis e demonstraram a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	25.085	41.937
Reajuste das parcelas	**2.137**	**3.223**
Amortização	**(2.166)**	**(4.305)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**25.056**	**40.855**

b) Arrendamentos a pagar

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2020 estão representados por aluguéis e demonstrados da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.113	43.526
Reajuste das parcelas	**2.137**	**3.223**
Pagamento de principal	**(4.372)**	**(7.723)**
Juros incorridos	**3.178**	**4.918**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**27.056**	**43.944**
Circulante	**9.125**	**15.126**
Não circulante	**17.931**	**28.818**

Os saldos têm vencimento conforme segue (saldo não circulante):

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

b) Arrendamentos a pagar--Continuação

	Controladora	Consolidado
2022	4.400	7.774
2023	4.400	7.774
2024	4.400	7.774
2025 a 2033	4.731	5.496
	17.931	**28.818**

Os contratos de aluguéis possuem prazos de 5 a 15 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 9 meses pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato.

c) Efeito resultado

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/ IFRS16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, com uma redução de R$1.763 no consolidado em 2020, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

27. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

27. Lucro por ação--Continuação

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	**49.114**	104.087
Lucro atribuível a não controladores da Companhia	**126**	(2.531)
Lucro total	**49.240**	101.556
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	**15.502**	15.502
Lucro básico e diluído por ação - R$	**3,18**	6,55

28. Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros era composta por R$585.827 para danos materiais e R$363.194 para lucros cessantes.

29. Outras despesas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	**(458)**	(4.883)	**(497)**	(5.595)
Multas e moras fiscais	**(167)**	(994)	**(185)**	(1.015)
Ganhos de capital(i)	**(1.281)**	2.097	**(1.510)**	2.091
Gastos gerais	**(791)**	(3.626)	**(884)**	(2.867)
Ganhos na exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS(ii)	**-**	53.790	**(497)**	58.484
Venda de aparas	**(180)**	774	**(200)**	227
Recuperação de perdas com incobráveis	**190**	662	**192**	726
Indenização sinistro Copobras MG	**-**	8.937	**-**	8.937
Outras rendas/despesas	**(149)**	(103)	**(161)**	(134)
	(2.836)	56.654	**(3.742)**	60.854

(i) Ganhos com a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS em decorrência do trânsito e julgado da ação judicial relativos aos períodos anteriores a 2018, conforme nota explicativa 9.

30. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções governamentais que visam compensar despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

30.1. Subvenções governamentais de custeio

Subvenção para custeio ou operacional é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com finalidade de auxiliá-la a fazer face ao seu conjunto de despesas e a realizar suas operações, ou seja, na consecução de seus objetivos sociais.

A Companhia possui subvenções de custeio sobre circulação de mercadorias e serviços concedidos pelos governos estaduais, principalmente dos estados do Amazonas, Paraíba e Pernambuco.

Para usufruiu da subvenção com o estado do Amazonas a Companhia possui o benefício fiscal de redução de 55% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente com validade até 29 de dezembro de 2020. Este benefício está diretamente ligado ao cumprimento de exigências relacionadas ao processo produtivo, benefícios sociais a empregados, desenvolvimento tecnológico, gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional, cumprimento das obrigações tributárias, e recolhimento de contribuição financeira durante o período de fruição dos incentivos, os quais a Companhia vem atendendo regularmente.

Para usufruir da subvenção com o estado da Paraíba, o recolhimento mensal a título de ICMS não poderá ser inferior a 1% do faturamento. O termo de validade tem vigência até 31 de dezembro de 2025.

30.2. Subvenções governamentais para investimento

Para usufruir da subvenção com o Estado de Pernambuco do regime especial para recolhimento de ICMS - PRODEPE nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 de dezembro de 2011, vigente até 31 de dezembro de 2022, com exigência de aumento mínimo prévio à fruição e 40% da capacidade instalada, a qual foi totalmente atendida.

O montante do benefício reconhecido no período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$10.576 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$11.549) referente a incentivo estadual de custeio e está reconhecido no resultado como deduções das receitas operacionais, para o qual foi oferecido a tributação.

30. Subvenções governamentais--Continuação

30.2. Subvenções governamentais para investimento--Continuação

Subvenção para investimento é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com a finalidade de auxiliá-la, não nas suas despesas, mas sim na aplicação específica em bens ou direitos para implantar ou expandir empreendimentos econômicos.

A Companhia possui subvenções de imposto de renda referente ao lucro da exploração com redução de 75%, do imposto a pagar. Este imposto está diretamente ligado a condição de estar localizado nas regiões da Sudam ou Sudene. Para a controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, o período de vigência é de 01/01/2015 a 31/12/2023 de acordo com o processo 18365.722390/2014-11 do Ministério da Fazenda. Para a controladora o período de vigência é de 01/01/2019 a 31/12/2028 de acordo o laudo constitutivo nº 0211/2019 da Sudene.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 o montante reconhecido no resultado foi de R$1.258 (no exercício em 31 e dezembro de 2019 R$1.923), destinado para conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

31. Análise de sensibilidade

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM n° 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

Câmbio

(1) Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar e do euro utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro BM&FBovespa para a próxima divulgação (em 31 de dezembro de 2020).

(2) Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

(3) Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

31. Análise de sensibilidade--Continuação

Câmbio--Continuação

Cenário com aumento taxa cambial

		Consolidado					
		Provável		25%		50%	
	Saldo 31/12/2020	Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)
Ativo							
Contas a receber							
Em USD	**2.347**	**5,24**	**94**	**6,55**	**3.168**	**7,86**	**6.242**
			94		**3.168**		**6.242**
Passivo							
Fornecedores							
Em USD	**(4.306)**	**5,24**	**(172)**	**6,22**	**(5.813)**	**7,86**	**(11.453)**
Em Euros	**(56)**	**6,43**	**(3)**	**8,04**	**(92)**	**9,64**	**(182)**
Empréstimos							
Em USD	**(2.772)**	**5,24**	**(111)**	**6,55**	**(3.742)**	**7,86**	**(7.372)**
Forward Financeiros							
Em USD	**(21)**	**5,24**	**(1)**	**6,55**	**(29)**	**7,86**	**(56)**
			(287)		**(9.676)**		**(19.063)**
Exposição líquida			**(193)**		**(6.508)**		**(12.821)**

Cenário com diminuição da taxa cambial

		Consolidado					
		Provável		25%		50%	
	Saldo 31/12/2020	Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)	Taxa	Ganho (perda)
Ativo							
Contas a receber							
Em USD	**2.347**	**5,24**	**94**	**3,93**	**(2.980)**	**2,62**	**(6.055)**
			94		**(2.980)**		**(6.055)**
Passivo							
Fornecedores							
Em USD	**(4.306)**	**5,24**	**(172)**	**3,93**	**5.468**	**2,62**	**11.109**
Em Euros	**(56)**	**6,43**	**(3)**	**4,82**	**87**	**3,21**	**177**
Empréstimos							
Em USD	**(2.772)**	**5,24**	**(111)**	**3,93**	**3.520**	**2,62**	**7.151**
Forward Financeiros							
Em USD	**21**	**5,24**	**(1)**	**3,93**	**27**	**2,62**	**55**
			(287)		**9.102**		**18.492**
Exposição líquida			**(594)**		**6.122**		**12.437**

31. Análise de sensibilidade--Continuação

Câmbio--Continuação

Cenário com diminuição da taxa cambial--Continuação

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2020 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

A Companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos (“USD”) no mercado financeiro.

Taxa de juros

(1) Cenário base: para a definição do cenário base as taxas de juros utilizada pela Companhia segue os valores verificados em 31 de dezembro de 2020.

(2) Cenário adverso: deterioração de 25% das taxas de juros com relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

(3) Cenário remoto: deterioração de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

31. Análise de sensibilidade--Continuação

Taxa de juros--Continuação

Cenário com aumento da taxa de juros

	Consolidado		Receita/(despesa)					
			Cenário provável		Cenário possível - 25%		Cenário remoto - 50%	
	Indexador	31/12/2020	Taxa Média a.a	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a	Efeito no Resultado
Aplicações financeiras								
CDBs	100% CDI	**222.729**	**1,43%**	**3.174**	**1,78%**	**3.967**	**2,14%**	**4.761**
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	**(343.599)**	**1,90%**	**(6.528)**	**2,38%**	**(8.160)**	**2,85%**	**(9.793)**
	SELIC	**(8.986)**	**2,00%**	**(180)**	**2,50%**	**(225)**	**3,00%**	**(270)**
	IPCA	**(39.958)**	**4,50%**	**(1.798)**	**5,63%**	**(2.248)**	**6,75%**	**(2.697)**
	SELIC	**(2.733)**	**10,15%**	**(277)**	**12,69%**	**(347)**	**15,23%**	**(416)**
Efeito no resultado				**(5.332)**		**(6.665)**		**(7.998)**

Cenário com diminuição da taxa de juros

	Consolidado		Receita/(despesa)					
			Cenário provável		Cenário possível - (25%)		Cenário remoto - (50%)	
	Indexador	31/12/2020	Taxa Média a.a	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a	Efeito no Resultado	Taxa Média a.a	Efeito no Resultado
Aplicações financeiras								
CDBs	100% CDI	**222.729**	**1,43%**	**3.174**	**1,07%**	**2.380**	**0,71%**	**1.587**
Financiamentos								
Capital de giro	CDI	**(343.599)**	**1,90%**	**(6.528)**	**1,43%**	**(4.896)**	**0,95%**	**(3.264)**
	SELIC	**(8.986)**	**2,00%**	**(180)**	**1,50%**	**(135)**	**1,00%**	**(90)**
	IPCA	**(39.958)**	**4,50%**	**(1.798)**	**3,38%**	**(1.349)**	**2,25%**	**(899)**
Efeito no resultado				**(5.332)**		**(3.999)**		**(2.666)**

32. Transações que não afetaram caixa

Em 31 de dezembro de 2020 conforme descrito na nota 22, a Companhia efetivou a compensação de dividendos distribuídos aos acionistas com o saldo devedor de mútuos no valor de R$36.978 (R$101.009 em 2019).

Em 17 de setembro de 2020 a Companhia efetivou a compensação de dividendos a receber de sua controlada Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda com saldo devedor de mútuos no montante de R$8.068.

* * *